



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017
(Do Sr. Gilberto Nascimento)

Solicita a desapensação do PL nº 7.077/2014 do
PL nº 1.616/2011.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 141 do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 7.077/2014 da tramitação conjunta do Projeto de 1.616/2011. O pedido tem como fundamento o fato de que a proposição principal e todas a ela apensadas, com exceção do Projeto de Lei objeto deste requerimento, tratem de assuntos correlatos a unidades de ensino ou ligadas à criança e ao adolescente, sem pertinência à temática da pessoa idosa, assunto de mérito desta Comissão, como consta no art.32, inciso XXV, DO RICD.

De modo isolado, o Projeto de Lei nº 7.077/2014 é o único que aborda instituições ligadas às pessoas idosas, como resta provado na relação a seguir. As demais matérias fogem da área temática da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, motivo pelo qual reforçamos a necessidade de desapensação da proposição em questão.

PL nº 1.616/2011: Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.

PL nº 5.780/2013: Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de um posto de saúde em cada escola de ensino fundamental e médio.

PL nº 7.077/2014: Obriga os estabelecimentos de ensino, creches e unidades de atenção a idosos a oferecer treinamento de primeiros socorros a seus profissionais.

PL nº 7.434/2014: Torna obrigatório o curso de prevenção de acidentes e primeiros socorros em todas as escolas e creches públicas em todo o território brasileiro.

PL nº 7.315/2014: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de enfermagem em cada estabelecimento de ensino da educação básica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PL nº 152/2015: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios em universidades públicas e particulares na forma que especifica, e dá outras providências.

PL nº 1.643/2015: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de ambulatórios para pronto atendimento de primeiros socorros, com a permanência mínima de um profissional da área de saúde em cada estabelecimento de ensino da educação.

PL nº 2.709/2015: Torna obrigatória a existência de enfermaria e a permanência de técnico de enfermagem em estabelecimentos de ensino que atendam a quinhentos ou mais alunos.

PL nº 7.834/2017: Altera o art. 29 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para tornar obrigatória a presença de pessoa treinada para administrar insulina em estabelecimentos de ensino infantil.

PL nº 7.986/2014: Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias.

PL nº 6.698/2016: Torna obrigatória a presença de profissional da área de Fonoaudiologia em todas escolas públicas e privadas de ensino fundamental.

PL nº 8.013/2014: Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.

PL nº 1.543/2015: Insere dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.

PL nº 2.527/2015: Institui a obrigatoriedade de atendimento psicológico nas escolas de educação básica, fundamental e ensino médio.

PL nº 4.401/2016: Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico para os professores que atuam nas redes públicas de educação básica.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2017.

Deputado Gilberto Nascimento
Presidente (PSC/SP)